

PODER

Discurso em defesa da soberania

Em pronunciamento, hoje, pelo 7 de Setembro, Lula também deve enaltecer o Pix e destacará o projeto de isenção do Imposto de Renda

» VICTOR CORREIA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva gravou pronunciamento de 7 de Setembro, que vai ao ar hoje, no qual ele deve retomar o discurso da soberania brasileira, fazer a defesa do Pix e destacar o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

O pronunciamento ecoa o mote do desfile oficial, a ser realizado amanhã. A ideia é dar uma resposta à tentativa de influência dos Estados Unidos no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em que ele é réu por tentativa de golpe de Estado e que deve chegar à conclusão na próxima semana.

A expectativa é de que Lula também volte a criticar opositores que defendem as sanções aplicadas pelo governo de Donald Trump ao Brasil, como a sobretaxa de 50% a produtos brasileiros, a suspensão de vistos de autoridades e a aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Nos últimos dias, Lula vem criticando especialmente o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), principal articulador das medidas contra o Brasil. O chefe do Executivo defende que a Câmara dos Deputados casse o mandato do parlamentar e o chama de “traidor da pátria”.

O tema da soberania também será defendido em manifestações organizadas em todo o país por movimentos sociais, que pedem, ainda, a prisão de Bolsonaro. Os grupos criticam as sanções impostas pelos Estados Unidos e vão defender pautas como o fim da escala 6x1.

Por outro lado, bolsonaristas organizam os próprios protestos, contra o julgamento do ex-presidente. O principal ato em defesa de Bolsonaro será na Avenida Paulista, que deve contar com a presença de políticos e aliados do ex-chefe do Executivo.

Forças Armadas

O ministro da Defesa, José Múcio, afirmou que as Forças Armadas

Militares no banco dos réus

Entre os réus estão, também, o tenente-coronel Mauro Cid; os generais Braga Netto (ex-ministro da Defesa e da Casa Civil); Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional); e Paulo Sérgio Nogueira (ex-comandante do Exército); e o almirante Almir Garnier (ex-comandante da Marinha).

devem respeitar a decisão do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. No banco dos réus, estão o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), capitão da reserva, e outros militares, dos quais cinco de **alta patente**.

“O lema das Forças Armadas é respeitar a decisão da Justiça. Isso é um assunto da Justiça e da política. As Forças Armadas são diferentes, elas servem ao país. Nós estamos conscientes de que tínhamos que passar por isso tudo e estamos

serenos, esperamos o veredito da Justiça, que será cumprido”, afirmou Múcio.

Sobre o projeto de anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro, cujos textos da oposição buscam incluir o perdão a Bolsonaro, Múcio evitou falar sobre o mérito da proposta, mas declarou que a “queda de braço entre Poderes não serve ao país”.

As declarações foram dadas na saída do Palácio da Alvorada, onde ele e Lula almoçaram com comandantes e ex-comandantes das Forças Armadas. Segundo o ministro, o presidente ficou

“extremamente satisfeito” no diálogo com os militares.

No encontro, também foi discutido o planejamento do desfile de 7 de Setembro. Segundo Múcio, o planejamento será como os dos anos anteriores e promete uma “festa bonita na Esplanada”. O comandante do Exército, general Tomás Paiva, estimou que 9.500 pessoas estão envolvidas na cerimônia.

Múcio também comentou sobre as recentes tensões entre os Estados Unidos e a Venezuela, que podem escalar em um conflito militar. Ele ressaltou que as Forças

Saiba mais

O lema do 7 de Setembro

O evento do 7 de Setembro, Dia da Independência do Brasil, terá três temas principais, na Esplanada dos Ministérios: a defesa da soberania nacional, a COP30 e o Novo PAC. O conceito “Brasil Soberano” é a base da nova campanha publicitária do governo Lula e deve ser também o lema da cerimônia do Dia da Independência. O slogan do Executivo passou de “União e Reconstrução” para “Do lado do povo brasileiro”, em uma mudança que acompanha uma boa avaliação da gestão, apontada por pesquisas, diante do mal-estar com os Estados Unidos e as iniciativas do presidente dos EUA, Donald Trump, para retaliar o Brasil devido ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A expectativa é de que Lula também volte a criticar opositores que defendem as sanções aplicadas pelo governo de Donald Trump ao Brasil

Armadas já haviam organizado manobras na região e que a presença militar vai evitar que o Norte do país se torne uma “trincheira” na disputa entre Venezuela e EUA.

Ele ressaltou que os militares brasileiros não se mobilizam nem para ficar do lado dos venezuelanos nem dos americanos. “É como uma briga de vizinho. Eu não quero que eles mexam no meu muro e não troquem a fiação que acende a frente da minha casa. Torcemos para que passe. Evidentemente, eles devem ter os seus motivos”, declarou o ministro da Defesa. (Com Agência Estado)

TRAMA GOLPISTA

Sessão extra para julgar Bolsonaro e outros réus

» LUANA PATRIOLINO

Gustavo Moreno/STF



Moraes (E) pediu e Zanin (D) atendeu, abrindo nova data para analisar o processo da trama golpista

O presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cristiano Zanin, marcou uma sessão extra para concluir o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de sete aliados, que fazem parte do chamado “núcleo crucial” da tentativa de golpe de Estado. A decisão foi tomada após um pedido apresentado pelo relator da ação penal, ministro Alexandre de Moraes.

A partir de terça-feira, a Primeira Turma vai iniciar a votação que pode condenar os réus a mais de 40 anos de prisão. “Solicito ao Excelentíssimo Presidente da Primeira Turma, ministro Cristiano Zanin, o agendamento de novas sessões complementares para a realização do julgamento, a serem realizadas na quinta-feira, dia 11/9/2025”, escreveu Moraes, em despacho ontem.

Minutos depois, Zanin atendeu o pedido, e as duas sessões extraordinárias foram incluídas no calendário de julgamento. As próximas estavam marcadas para terça, quarta e sexta-feira. Com a mudança, o julgamento também vai continuar na quinta-feira, de manhã e à tarde.

A análise do processo começou nesta semana. No primeiro dia, Moraes leu o relatório, com o resumo do processo e provas colhidas. Em seguida, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, teve duas horas para reiterar a acusação da PGR. Na sequência, as defesas dos réus tiveram 1 hora cada uma para sustentação oral. Com o objetivo de viabilizar a sessão dupla na próxima quinta-feira, o STF cancelou a plenária que seria realizada às 14h.

Bolsonaro e outros sete réus fazem parte do núcleo crucial da trama golpista, segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). O grupo seria o

responsável por desacreditar o sistema eleitoral, incitar ataques a instituições democráticas e articular medidas de exceção.

Além de Bolsonaro, são réus na ação penal os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha

Almir Garnier; e o tenente-coronel Mauro Cid.

A denúncia indica que Bolsonaro tinha ciência e participação ativa na trama golpista para se manter no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também é descrito um plano de assassinato de autoridades e apoio aos atos extremistas de 8 de janeiro de 2023, como a última cartada do grupo criminoso.

Divisão por núcleos

No total, a Primeira Turma tornou 31 denunciados em réus, conduziu depoimentos, interrogatórios e acareações. A PGR dividiu os acusados da tentativa de golpe em quatro núcleos para facilitar a condução das denúncias e do julgamento. Na quinta-feira, Paulo Gonet encaminhou à Primeira

Turma do STF as alegações finais da acusação contra o grupo 4 da trama criminoso.

Foi pedida a condenação dos réus que, segundo o órgão, atuavam para disseminar informações falsas sobre as urnas eletrônicas nas redes sociais, como parte da estratégia para manter Bolsonaro no poder. Esse deve ser o próximo grupo julgado pelo Supremo. Os núcleos dois e três ainda cumprem etapas obrigatórias, como depoimentos de testemunhas e interrogatórios dos réus.

Após a manifestação da acusação, será aberto prazo para o posicionamento da defesa dos acusados. Depois, Moraes deve solicitar que a ação penal seja incluída na pauta de julgamentos da Turma. Caberá a Zanin marcar a data do julgamento.

Queda de braço sobre a anistia

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) criticou uma “ala do PL”, que, segundo ele, querem tirar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de um eventual projeto de anistia “para poder chantagear-lo e forçá-lo a escolher o candidato que querem emplacar”. O parlamentar, porém, não citou nomes.

“Qualquer anistia que não seja ampla e irrestrita não será aceita. Já irei conversar com a base parlamentar do PL sobre isso. A anistia será ampla e irrestrita, ou não contará com o apoio da direita e não terá efeito de diminuir as sanções internacionais”, enfatizou. “Esses planinhos escusos de vocês não irão prosperar. Vocês estão brincando com coisa séria e vão acabar sendo vistos como colaboradores dos violadores de direitos humanos”, ameaçou.

Também ontem, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), afirmou que o governo vai trabalhar para derrubar o pedido de urgência da anistia aos golpistas do 8 de Janeiro na Câmara. Segundo ela, a posição do Executivo é de que não pode haver perdão aos extremistas em nenhum caso, seja para os líderes intelectuais, seja para quem depredou os prédios públicos.

“Sequer estamos cogitando que esse projeto seja votado, ainda tem o decreto de regime de urgência que deve ser analisado. Espero que a urgência seja derrotada, e nós vamos trabalhar para isso”, disse, em entrevista à GloboNews.

Gleisi afirmou também que a

discussão da anistia, durante o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados próximos por tentativa de golpe, é uma afronta ao Supremo Tribunal Federal (STF), além de uma afronta à soberania.

Ela disse acredita que o texto não deve ser votado. Também contou que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a comunicou de que ainda não foi definida a inclusão da proposta na pauta da Casa. Pelo Senado, Gleisi relatou que o presidente Davi Alcolumbre (União-AP) já deu declarações sinalizando que não votará a anistia.

“O presidente Hugo me disse que não tem nada definido por enquanto, e eu já vi as declarações do presidente Alcolumbre dizendo que não pautará uma matéria dessas no Senado”, declarou Gleisi.

Seguindo o mote do governo em creditar a articulação da anistia ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), Gleisi frisou que ele está “capitanando a extrema-direita” ao pressionar o Congresso. “Acho o papel dele (Tarcísio) lamentável. O governador de São Paulo se prestar a esse serviço. Um homem que veste o boné do Trump, um homem que defende o tarifaço e que nós devemos dar um presente para o presidente dos Estados Unidos e vem para cima do Congresso articular anistia, porque tem interesse no apoio e votos do Bolsonaro”, criticou. “Realmente, é uma pessoa muito fraca, não vejo com condições de ser presidente do país”.

Na quinta-feira, nas redes sociais, Tarcísio firmou que anistia e perdão são “melhores remédios para pacificar o país”. O governador esteve em Brasília na última semana para articular a votação de um projeto que beneficie Bolsonaro.